



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 21ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

### 2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

### 3 - MANIFESTAÇÕES

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA



## ATAS

### ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/3/2012

#### Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 17/2012 (encaminhando a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades Anual relativos ao exercício de 2011), do Presidente do Tribunal de Contas - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 25/2012 - Projetos de Lei nºs 3.036 a 3.042/2012 - Requerimentos nºs 2.793 a 2.823/2012 - Requerimentos das Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes, dos Deputados Célio Moreira, Délio Malheiros, Sargento Rodrigues e outros, Sargento Rodrigues, Zé Maia e Carlin Moura - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Saúde, de Educação, de Direitos Humanos, de Cultura e de Política Agropecuária e dos Deputados Lafayette de Andrada (2) e Bonifácio Mourão - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Bosco, Rômulo Viegas, Glaycon Franco e João Leite - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2012 - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes, dos Deputados Sargento Rodrigues, Zé Maia, Carlin Moura, das Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e dos Deputados Célio Moreira, Délio Malheiros, Sargento Rodrigues e outros; deferimento - Encerramento - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Adalclever Lopes - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlin Moura - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Juninho Araújo, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.



## Correspondência

- O Deputado Celinho do Sinttrocel, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

### OFÍCIO Nº 17/2012

Do Sr. Antônio Carlos Andrada, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando a prestação de contas e o relatório de atividades dessa Corte relativos ao exercício de 2011. (- Publicado, fica o processo em poder da Mesa aguardando sua publicação em essencialidades.)

### 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/2012

Altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam revogadas a alínea “d” do inciso I e a alínea “c” do inciso II do art. 5º da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Anselmo José Domingos

Justificação: Este projeto de lei complementar objetiva assegurar ao cônjuge ou companheiro a continuidade da percepção da pensão por morte de segurado, mesmo após a formação de novo vínculo familiar, considerando que muitos beneficiários, apesar de constituírem novos vínculos, deixam de formalizá-los para evitar a perda do benefício.

Esta proposição não gerará aumento de despesa para o poder público, visto que o direito à percepção de pensão surge para os dependentes assim que ocorre a morte do segurado ou sua morte presumida.

A questão ainda é muito controvertida nos tribunais, visto que a mera constituição de novo vínculo familiar não é causa suficiente para a extinção do benefício, devendo este, portanto, ser rescindido após procedimento próprio que comprove a mudança para melhor da situação econômico-financeira daquele que percebe os recursos.

Nesta perspectiva, o cônjuge viúvo faz jus ao pagamento da pensão mesmo após contrair novo vínculo familiar, cabendo à instituição previdenciária a instauração de procedimento para apurar a melhoria da condição financeira para, posteriormente, cancelar o repasse dos recursos.

Extinto pela Constituição Federal de 1988, o Tribunal Federal de Recursos chegou a editar a Súmula 170, que dispõe: “Não se extingue a pensão previdenciária, se do novo casamento não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício”, demonstrando que o pagamento do benefício deveria ser extinto apenas em caso de melhora na situação financeira do cônjuge ou companheiro beneficiário.

Nestes termos, conto com a aprovação deste projeto de lei complementar.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.036/2012

Torna obrigatório que os veículos usados para o transporte intermunicipal de passageiros sejam monitorados remotamente e contem com rastreador e equipamento que, por meio de imagens, auxilie o motorista em sua condução.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os veículos utilizados para a prestação de serviço público pelas empresas sob a permissão de tráfego pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - devem ser monitorados remotamente, conter equipamento que permita seu rastreamento e ter conexão com o Sistema de Posicionamento Global - GPS -, de forma a, por meio de imagens, auxiliar o motorista na condução dos veículos destinados ao transporte de passageiros em viagens intermunicipais.

Art. 2º - Os contratos de permissão para as empresas que forem contratadas pelo Estado observarão o disposto no art. 1º.

Art. 3º - Em caso de descumprimento da norma por parte das entidades que exploram o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, serão aplicadas, gradativamente, as seguintes penalidades:

I - notificação que estabeleça prazo de trinta dias para adequação à lei;

II - multa de 2.500 Ufemgs (duas mil e quinhentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por veículo; e

III - revogação do alvará de licença para a prestação do serviço.

Parágrafo único - Serão estipuladas formas e mecanismos para que os infratores exerçam o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no prazo de cento e vinte dias.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes



Justificação: É só abrir as páginas dos jornais semanalmente para lermos sobre rotineiras práticas de assaltos e roubos a passageiros em ônibus que fazem rotas por vários rincões de nosso Estado. São frequentes essas ações de bandidos. Em algumas ocasiões chega-se a humilhar as pessoas que são transportadas, e não são raros os constrangimentos de que são alvo os usuários de um serviço que não é prestado com segurança.

O transporte coletivo em Minas Gerais deve e pode ser monitorado por rastreadores “on-line”. É o que pretende este projeto de lei. A intenção é permitir que os órgãos de segurança pública possam rastrear e monitorar, sempre que necessário, veículos que podem ser alvo de assaltos e de sequestros. Temos que empreender ações que combatam a criminalidade e sirvam de ferramenta aos órgãos de inteligência e de proteção à vida do cidadão.

Esta proposição estabelece que os veículos permissionários da prestação do serviço público de transporte de passageiros em viagens intermunicipais sejam equipados com instrumentos que possibilitem seu rastreamento e tenham conexão com o Sistema de Posicionamento Global - GPS -, medida que deve alcançar também os serviços prestados sob a forma de concessão e de convênios celebrados pelo governo do Estado com essa finalidade.

O projeto determina, ainda, que o Executivo exija, em todas as renovações de contratos e assinaturas de novos contratos de permissão da exploração dessa atividade, a instalação desse equipamento em todos os veículos que integram a frota que estará à disposição do usuário do serviço público.

A segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos e deve ser exercida para a proteção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nos termos do art. 136 da Carta mineira.

Ao tornar obrigatória a instalação de equipamentos de rastreamento e de GPS nos veículos, o projeto visa assegurar serviços de melhor qualidade aos cidadãos, pois é incontestável que tais instrumentos, em face dos recursos tecnológicos neles empregados podem contribuir significativamente para o êxito das ações estatais, principalmente quando se trata de questões atinentes à segurança pública e à proteção da vida.

Os veículos equipados com rastreadores e com GPS têm mais possibilidades de ser localizados quando alvo de criminosos, e a prestação de socorro às vítimas de acidentes pode ser feita com mais eficiência e precisão, com reflexos positivos na vida dos cidadãos.

A administração pública, sempre que possível, deve tomar as medidas mais vantajosas para o interesse da coletividade, especialmente as que estão em plena sintonia com o princípio da eficiência, que requer celeridade, atualidade das técnicas e aperfeiçoamento dos meios de ação estatal, com vistas à proteção do interesse público e da vida do cidadão.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 109/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 3.037/2012

Inclui o acometido da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no grupo de pessoas com deficiência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o indivíduo com diagnóstico da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) reconhecido como pessoa com deficiência em todo território do Estado de Minas Gerais, para fins de fruição dos direitos assegurados na Constituição do Estado.

Art. 2º - Em decorrência do disposto nesta lei, ficam garantidos ao indivíduo acometido com neurofibromatose todos os benefícios e direitos das pessoas com deficiência, inclusive aqueles previstos nos arts. 218, parágrafo único, e 224 da Constituição do Estado.

Art. 3º - Todos os benefícios sociais oferecidos a portadores de outras deficiências serão usufruídos por esse segmento.

Art. 4º - O Poder Executivo promoverá estudos junto a Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego visando cadastrar os portadores de neuro fibromatose, e conhecer sua atual situação, bem como o possível acompanhamento clínico, social e laborativo, proporcionando mecanismos de amparo e proteção humana.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: Este projeto objetiva a equiparação do indivíduo com diagnóstico da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) à pessoa com deficiência em todo território do Estado. A importância desta iniciativa decorre da falta de previsão desse enquadramento, o que, por conseguinte, limita o acesso dos acometidos com essa síndrome a serviços públicos de saúde, educação e lazer.

Esta proposição visa proporcionar aos indivíduos diagnosticados com a neurofibromatose e a seus familiares o direito à atenção integral à saúde e à educação, com tratamento multidisciplinar e apoio psicológico adequados, conforme dispõem os arts. 218 e 224 da Constituição do Estado.

A neurofibromatose é uma síndrome multissistêmica degenerativa, sem perspectiva de cura ou tratamento. Em muitos casos a solução é cirúrgica, sendo que em outros, nem isso é possível. O portador dessa síndrome tem que conviver com dores crônicas ou desfiguramento de partes do seu corpo, o que causa grande sofrimento ao indivíduo e a seus familiares.

Assim, além de sofrerem com a falta de expectativas de melhora, lidam com a insuficiência de médicos e outros profissionais de saúde especialistas, tanto nas redes públicas quanto nas particulares; e, o pior, enfrentam preconceitos diversos.

São dramas vividos por cidadãos mineiros os quais não podemos deixar de amparar e dar dignidade. O portador desta síndrome tem dificuldade de manter contato social, de se comunicar com outros e de realizar tarefas cotidianas. Os pais e familiares dessas pessoas vêm nos últimos anos, organizando-se em defesa dos direitos dos portadores dessa anomalia.



Nossa intenção é chamar à atenção das autoridades para o problema. Conhecemos pessoas que estão nesta condição e que são perfeitamente capazes; porém, não são aproveitadas pelo mercado de trabalho pelo fato de terem esta patologia.

Proposição neste viés foi apresentada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelo Deputado Bebeto, que teve a sensibilidade de propor a discussão dessa matéria aos poderes públicos e à sociedade em geral.

Sentimo-nos com o mesmo desafio de buscar aliados nesta Casa Legislativa, de iniciar um discussão tal importante em prol de nossos irmãos que precisam de uma atenção bastante especial e diferenciada.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Pessoa com Deficiência para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.038/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Hortifrutigranjeiros, com sede no Município de São João Batista do Glória.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Hortifrutigranjeiros, com sede no Município de São João Batista do Glória.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A principal finalidade da Associação dos Hortifrutigranjeiros consiste em organizar e promover melhoria técnica, profissional, cultural e educacional, por meio de atividades sociais, culturais e esportivas, entre outras, e promover campanhas, cursos, palestras e mutirões de ajuda mútua. Além disso, busca melhorar as condições de vida das famílias, zelar para que os associados trabalhem em segurança e defender o meio ambiente.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.039/2012

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bom Retiro - Acobe -, com sede no Município de Piracema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bom Retiro - Acobe -, com sede no Município de Piracema.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bom Retiro - Acobe -, com sede no Município de Piracema. Em pleno funcionamento desde sua fundação, a Associação é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

A entidade tem como finalidade promover especialmente o desenvolvimento da qualidade de vida dos moradores da comunidade do Bom Retiro através de atividades nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e assistência social, entre outras.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.040/2012

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã - Asbec -, com sede no Município de Campo Belo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã - Asbec -, com sede no Município de Campo Belo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Duarte Bechir

Justificação: Esta proposição visa a declarar como de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã - Asbec -, com sede no Município de Campo Belo, sociedade civil sem fins lucrativos e com duração indeterminada que está em pleno funcionamento desde a sua fundação.

A entidade tem como finalidade promover especialmente o desenvolvimento da qualidade de vida dos associados por meio de atividades culturais e de lazer e de formação profissional, entre outras.

Pretende-se, com este projeto de lei, assegurar à entidade a ampliação do desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que ela atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, solicito aos meus nobres pares aprovarem esta proposição.



- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 3.041/2012**

Fica assegurado às farmácias e às drogarias o direito de manter ao alcance dos usuários medicamentos isentos de prescrição médica. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica assegurado às farmácias e às drogarias do Estado de Minas Gerais o direito de organizar em área de circulação comum, expostos em autosserviço e ao alcance direto do consumidor, todos os medicamentos isentos de prescrição médica, tais como: analgésicos, antitérmicos, complementos vitamínicos e antiácidos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Arlen Santiago

Justificação: Os produtos farmacêuticos isentos de prescrição médica, tais como analgésicos, antitérmicos, complementos vitamínicos e antiácidos, devem ser expostos em sistemas de autosserviço, ficando ao alcance direto do consumidor, nas farmácias e nas drogarias de todo o Estado de Minas Gerais, visto que são considerados produtos de venda livre.

A facilidade de exposição desses medicamentos permitirá ao consumidor comparar preços, ler as instruções impressas nas embalagens, pegar o produto e levá-lo ao caixa de forma ágil, sem a interferência de balconista. Caso o consumidor queira mais informações a respeito do medicamento, poderá pedi-las ao farmacêutico de plantão.

Visto que essa prática é utilizada no mundo inteiro, sem que, com isso, seja considerada incentivo à automedicação, estou apresentando este projeto de lei, na certeza de sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 3.042/2012**

Institui o livro de reclamações do consumidor.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Todo fornecedor, conforme definido no art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que comercializa bens ou presta serviços no Estado, deverá manter em seu estabelecimento o livro de reclamações do consumidor, de natureza física.

§ 1º - Na capa do livro referido no “caput” deste artigo deverá estar escrito: “Livro de Reclamações do Consumidor”, bem como o seu correspondente na língua inglesa “complaints book”, de forma ostensiva e legível.

§ 2º - Os fornecedores que, além do estabelecimento aberto ao público, utilizem meios virtuais para a venda de bens ou prestação de serviços ou mantenham portal na internet, deverão adicionalmente implementar um livro de reclamações de natureza virtual.

§ 3º - O livro de reclamações virtual deverá estar disponível no mesmo meio virtual adotado.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

a) reclamação: a manifestação dirigida por quem consome um bem ou serviço, à pessoa física ou jurídica que o comercializa ou presta, por consumidor que o considera insatisfatório;

b) empresa titular da atividade reclamada: toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, titular de atividades ou estabelecimentos que comercializem bens ou prestem serviços no Estado.

## **CAPÍTULO II**

### **DA OBRIGAÇÃO DE POSSUIR O LIVRO DE RECLAMAÇÕES E DE DAR PUBLICIDADE A SUA EXISTÊNCIA**

Art. 3º - O livro de reclamações físico referido no art. 1º, “caput”, deverá ser mantido à disposição dos consumidores, em local de fácil visualização e acesso.

Parágrafo único - O livro de reclamações virtual deverá estar inserido em local de fácil visualização e acesso no portal do fornecedor.

Art. 4º - O estabelecimento deverá ostentar de forma permanente e perfeitamente legível e visível, um cartaz no qual se anuncie a existência do referido livro à disposição de quem o solicite, de natureza física ou virtual, se for o caso.



## CAPÍTULO III

### DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DA RECLAMAÇÃO

Art. 5º - A reclamação no livro de reclamações de natureza física será registrada pelo consumidor em três vias.

§ 1º - O responsável pelo estabelecimento entregará ao consumidor duas vias da reclamação.

§ 2º - O consumidor reclamante poderá enviar uma via ao órgão de defesa do consumidor de sua localidade.

§ 3º - Nas localidades em que não haja órgão de defesa do consumidor, poderá o consumidor enviar uma via da reclamação para a Promotoria de Justiça atribuída à defesa do consumidor.

§ 4º - Uma via da reclamação ficará no livro, não podendo dele ser retirado, sob pena de caracterizar infração administrativa a ser sancionada nos termos do arts. 56 a 60, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 6º - Se o livro de reclamações é de natureza virtual, permitir-se-á que o consumidor imprima uma cópia de sua reclamação, além de requerer que seja remetida a mesma cópia para o seu endereço de correio eletrônico, no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 7º - A reclamação deverá ser registrada de forma legível, clara e concisa, com caneta esferográfica, se for de natureza física, para evitar que se apague, preenchendo-se todas as informações exigidas pelo formulário.

§ 1º - Para registro da reclamação, o consumidor poderá consultar o Código de Defesa do Consumidor, disponível no estabelecimento, conforme Lei Federal nº 12.291, de 20 de julho de 2010.

§ 2º - Compete ao consumidor guardar toda a eventual documentação que comprove o objeto da reclamação, tais como faturas, contratos, fotografias, materiais publicitários, entre outros, bem como a via da reclamação que lhe pertence.

§ 3º - Se houver alguma testemunha no momento da ocorrência do fato que gerou a reclamação, poderá o consumidor obter os dados de contato da mesma, caso seja necessário contatá-la para um futuro testemunho em processo administrativo.

§ 4º - O registro da reclamação não impedirá que o consumidor utilize outros meios de proteção ao seu direito.

## CAPÍTULO IV

### DA RECUSA DO RESPONSÁVEL DO ESTABELECIMENTO EM DISPONIBILIZAR O LIVRO DE RECLAMAÇÕES

Art. 8º - Caso haja a recusa pelo responsável em fornecer o livro para a reclamação ou haja obstáculos de acesso a ele, o consumidor poderá informar tal fato à autoridade administrativa competente, pessoalmente no órgão de defesa do consumidor de sua localidade, ou por meio do número gratuito de telefone de acesso Procon-MG, indicado no art. 13 desta lei.

## CAPÍTULO V

### DA PUBLICAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES NOS CADASTROS ATUALIZADOS PREVISTOS NO ART. 44, DA LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Art. 9º - As reclamações fundamentadas registradas no livro de reclamações do consumidor, se consideradas procedentes pelo órgão de defesa do consumidor, por decisão definitiva, poderão integrar o cadastro referido no art. 44, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo único - O cadastro de fornecedores referido no “caput” será divulgado nos termos do arts. 57 a 62, do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.

## CAPÍTULO VI

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 10 - Verificando a ausência do livro de reclamações no estabelecimento ou no portal da internet, se for o caso, o agente fiscal de órgão de defesa do consumidor, regularmente em serviço, procederá, de imediato, à lavratura do auto de infração.

Parágrafo único - Ocorrendo o furto ou o roubo do livro físico, deverá o fornecedor lavrar o boletim de ocorrência em até setenta e duas horas após o fato.

## CAPÍTULO VII

### DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 11 - A infração às normas previstas nesta lei constituirá violação às normas de proteção do consumidor, ficando o infrator sujeito às sanções previstas no arts. 56 a 60 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.



## CAPÍTULO VIII

### DO ACESSO DOS CONSUMIDORES AO PROCON/MG POR TELEFONE

Art. 12 - Nos termos da Lei nº 11.823, de 6 de junho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 44.925, de 20 de outubro de 2008, ficam os fornecedores referidos no “caput” do art. 1º desta lei, obrigados a manter, em seu estabelecimento, de forma visível, número de telefone gratuito de acesso ao Procon-MG.

Parágrafo único - O número de telefone previsto no “caput” deverá constar no cartaz a que se refere o art. 4º da presente lei.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 - O fornecedor deverá conservar o livro de reclamações, físico ou virtual, em seu poder, para eventual apresentação à autoridade de defesa do consumidor, por no mínimo dois anos.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2012.

Célio Moreira

Justificação: O livro de reclamações ou “complaints book” é um livro de que prevê a disponibilização obrigatória nos estabelecimentos em que haja fornecimento de bens ou serviços ao consumidor.

Ele permite que, imediatamente após ser atendido em dado estabelecimento comercial, caso algo não corra bem na compra de um produto ou na prestação de um serviço, o consumidor solicite o livro de reclamações e nele apresente o seu descontentamento. Assim, o consumidor o fará no momento e no local da ocorrência.

Nesse sentido, ele permite o maior acesso do consumidor ao seu direito de reclamação por uma falha no fornecimento de produtos ou serviços.

Atualmente, no Brasil, muitos consumidores deixam de registrar suas reclamações, havendo irregularidades ou faltas pelos fornecedores. Isso gera uma falsa sensação de regularidade em estabelecimentos onde os problemas com consumidores são frequentes. A proposta de criação do Livro visa justamente a suprir essa lacuna.

Ademais, é importante destacar que o livro pode ser de grande valia para o consumidor, uma vez que uma simples consulta no próprio estabelecimento, previamente ao fechamento do negócio, poderá indicar se o fornecedor é reincidente na prática de atos lesivos às relações de consumo. Dessa forma, grandes transtornos poderão ser evitados e ainda se concretizará o direito de informação do consumidor, princípio fundamental do Código de Defesa do Consumidor.

A adoção do referido livro, outrossim, induzirá que o fornecedor se cerque de cuidados para evitar que o consumidor registre uma reclamação, uma vez que tal fato poderá inibir ou prejudicar futuros negócios.

Os próprios fornecedores poderão utilizar-se do livro de reclamações, visando a corrigir ou prevenir eventuais falhas e aumentar o grau de satisfação de seus clientes. Todo esse processo resultará em uma melhoria dos fornecimentos dos bens e serviços ao consumidor.

Considerando que compete ao Estado de Minas Gerais, nos termos da sua Constituição, legislar concorrentemente com a União sobre consumo e responsabilidade por dano ao consumidor (art. 10, XIV, alíneas “e” e “h”), conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Délio Malheiros. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 728/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

## REQUERIMENTOS

Nº 2.793/2012, do Deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a criação de cursos técnicos de Mineralogia, Lapidação e Gemologia no Centro de Educação Profissional de Teófilo Otoni.

Nº 2.794/2012, do Deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Uemg pedido de providências para a criação de cursos técnicos de Mineralogia, Lapidação e Gemologia no Centro de Educação Profissional de Teófilo Otoni.

Nº 2.795/2012, do Deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a criação de cursos técnicos de Mineralogia, Lapidação e Gemologia no Centro de Educação Profissional de Teófilo Otoni. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 2.796/2012, do Deputado Rômulo Viegas, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Juiz de Fora, pelos importantes serviços prestados durante o processo de pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, no período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.797/2012, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido para que sejam informados os nomes dos Conselheiros das empresas públicas do Estado, entre elas Copasa-MG, Cemig, Codemig, Cohab-MG, Gasmig e Copanor, e os valores por eles recebidos.



Nº 2.798/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Comando-Geral e à Corregedoria da PMMG as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre as apurações relativas à conduta de policiais militares durante a tentativa de desocupação na comunidade Zilah Sposito - Helena Greco, em 21/10/2011.

Nº 2.799/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comando da 15ª Região da PMMG, em Teófilo Otôni, pedido de informações sobre as portarias e inquéritos abertos a pedido do Ten.-Cel. PM Marcos Barbosa da Fonseca quanto ao envolvimento de militares do 19º Batalhão de Polícia Militar em crimes de corrupção e homicídios, desde 2009. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 2.800/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG, à Procuradoria-Geral de Justiça Militar e ao Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto, Procurador de Justiça com atuação no Tribunal de Justiça Militar, pedido de providências com vistas à apuração de denúncia de prática criminosa envolvendo as assinaturas do Maj. PM Luiz Carlos Miranda de Menezes e do Ten.-Cel. PM Marcos Barbosa da Fonseca.

Nº 2.801/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Sr. Epaminondas Fulgêncio, Procurador com atuação no Tribunal de Justiça Militar, as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências quanto à conduta do Ten.-Cel. PM Marcos Barbosa da Fonseca à frente do Batalhão de Polícia Militar de Teófilo Otôni.

Nº 2.802/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de providências para averiguar o corte dos benefícios do programa Bolsa-Família recebidos pelos moradores das ocupações Irmã Doroty, Camilo Torres, Zilah Sposito-Helena Greco e Dandara, bem como pedido de providências para adotar medidas contra essa possível irregularidade e violação de direitos fundamentais, conforme denunciado por moradores dessas comunidades.

Nº 2.803/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Cao-Educação, à Secretaria de Educação e à Secretaria de Educação de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de providências para averiguar denúncias da negativa de matrícula de crianças das ocupações Irmã Doroty, Camilo Torres, Zilah Sposito-Helena Greco e Dandara em escolas públicas das regiões em que essas comunidades se localizam.

Nº 2.804/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa Comissão bem como pedido de providências para que considere o direito fundamental à moradia no âmbito da Ação de Reintegração de Posse nº 0315452-48.2012.8.13.0024.

Nº 2.805/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de providências para averiguar o corte dos benefícios do programa Bolsa-Família recebidos pelos moradores das ocupações Irmã Doroty, Camilo Torres, Zilah Sposito-Helena Greco e Dandara e para adotar medidas contra essa possível irregularidade e violação de direitos fundamentais, conforme denunciado por moradores dessas comunidades.

Nº 2.806/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao CAO-Saúde as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de providências em relação à negativa de atendimento às famílias da comunidade Zilah Sposito-Helena Greco no Posto de Saúde 1, do Cras Zilah Sposito, conforme denunciado por moradores dessa comunidade.

Nº 2.807/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso à Desembargadora Sandra Fonseca, da 6ª Vara Cível de Belo Horizonte, pela suspensão dos mandados de reintegração de posse relativos à comunidade Zilah Sposito-Helena Greco.

Nº 2.808/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para solucionar os casos de Agentes Penitenciários que ficaram paraplégicos em função de acidente em serviço, como é o caso de Wandreu Schwenck, baleado por um preso.

Nº 2.809/2012, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao IEF e à Copasa-MG pedido de providências para o efetivo cumprimento da Lei nº 16.197, de 2006, que cria a Área de Proteção Ambiental de Vargem das Flores, articulando-se, para tanto, com outros órgãos estaduais e municipais, especialmente as Prefeituras Municipais de Betim e Contagem, e criando-se grupo de trabalho, para cujas reuniões seria convidada essa Comissão, com representantes dos seguintes órgãos e entidades: IEF, Copasa-MG, Prefeituras Municipais de Betim e Contagem, Ministério Público, Polícia Militar, Associação dos Moradores do Entorno da Várzea das Flores, Associação de Proprietários de Áreas da Várzea das Flores, Secretaria de Turismo, Ouvidoria Ambiental, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Conselho Empresarial de Política Urbana da ACMinas.

Nº 2.810/2012, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a edição de decreto regulamentando a Área de Proteção Ambiental de Vargem das Flores.

Nº 2.811/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao 1º-Sgt. PM Sidinei Rogério Cardoso, lotado na 2ª Companhia do Batalhão Rotam, e ao 1º-Sgt. PM Robson Marinho da Silva, lotado no Centro Integrado de Comunicações Operacionais, pelos 29 e 26 anos, respectivamente, de serviços prestados à PMMG.

Nº 2.812/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Detel-MG pedido de providências para a universalização do sinal de telefonia celular em áreas rurais e Distritos.

Nº 2.813/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para a convocação dos candidatos excedentes aprovados na terceira fase do processo seletivo interno para admissão ao Curso de Habilitação para Oficiais.

Nº 2.814/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a criação de delegacia especializada de segurança rural.

Nº 2.815/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a prevenção e o combate ao roubo e furto de café e equipamentos de secagem.

Nº 2.816/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público, à Secretaria de Defesa Social e às Polícias Civil e Militar pedido de providências para a apuração de denúncia de que agricultores, em especial no Município de Abaeté, estejam sendo obrigados a fazer pagamentos a criminosos para que suas propriedades não sejam assaltadas.

Nº 2.817/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda e ao IMA pedido de providências para a apuração de denúncia de que estaria ocorrendo a compra de Guias de Transporte de Animais e notas fiscais por parte de criminosos, de forma a acobertar o transporte e a venda de gado furtado ou roubado.

Nº 2.818/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a criação de força-tarefa, com a participação das Polícias Civil e Militar, da Secretaria de Agricultura, do Ministério Público, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e do Tribunal de Justiça, para coibir os roubos em propriedades rurais.

Nº 2.819/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para a adoção das medidas que menciona com vistas a melhorar as condições de segurança na Escola Municipal Maria Silva Lucas - Caic Laguna.

Nº 2.820/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para o credenciamento do Centro Universitário do Planalto de Araxá no Sistema Único de Saúde como prestador de serviço de fisioterapia.

Nº 2.821/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para verificar a possibilidade de autuação ou substituição da empresa prestadora de serviço de segurança nas escolas municipais ou, caso não seja possível, para solicitar a essa empresa melhoria na qualidade do serviço prestado.

Nº 2.822/2012, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério da Pesca cópia da correspondência do Sr. Gilson Vieira de Freitas na qual denuncia o recebimento, por pessoas estranhas à atividade, do seguro pago ao pescador profissional e pedido de providências para a apuração da referida denúncia.

Nº 2.823/2012, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao Consulado-Geral da República da Argentina em Belo Horizonte pedido de providências para intervenção junto às autoridades desse país com vistas a garantir maior agilidade nos procedimentos aduaneiros dos portos argentinos, sobretudo no que diz respeito a máquinas e equipamentos agrícolas.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes, dos Deputados Célio Moreira, Délio Malheiros, Sargento Rodrigues e outros, Sargento Rodrigues, Zé Maia e Carlin Moura.

### **Comunicações**

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Saúde, de Educação, de Direitos Humanos, de Cultura e de Política Agropecuária e dos Deputados Lafayette de Andrada (2) e Bonifácio Mourão.

### **Oradores Inscritos**

- Os Deputados Bosco, Rômulo Viegas, Glaycon Franco e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Designação de Comissões**

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2012, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e outros, que acrescenta o § 4º ao art. 18 da Constituição do Estado. Pelo BTR: efetivos - Deputados Rômulo Viegas e Glaycon Franco; suplentes - Deputados João Leite e Bosco; pelo BAM: efetivo - Deputado Gustavo Corrêa; suplente - Deputado Doutor Viana; pelo PT: efetivo - Deputado Rogério Correia; suplente - Deputado Ulysses Gomes; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Ivair Nogueira. Designo. Às Comissões.

#### **Comunicação da Presidência**

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.800 a 2.808/2012, da Comissão de Direitos Humanos, 2.809 e 2.810/2012, da Comissão de Meio Ambiente, 2.811 a 2.818/2012, da Comissão de Segurança Pública, 2.819 a 2.821/2012, da Comissão de Educação, 2.822/2012, da Comissão de Política Agropecuária, e 2.823/2012, da Comissão de Turismo. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 27/3/2012, do Projeto de Lei nº 2.800/2012, do Deputado Rogério Correia; de Saúde - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 28/3/2012, dos Projetos de Lei nºs 2.794/2012, da Deputada Maria Tereza Lara, e 2.822/2012, do Deputado Bruno Siqueira, e dos Requerimentos nºs 2.711/2012, da Deputada Liza Prado, 2.717/2012, da Comissão de Participação Popular, 2.721/2012, da Comissão do Trabalho, 2.733/2012, da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes, e 2.740/2012, do Deputado Marques Abreu; de Educação - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 28/3/2012, dos Requerimentos nºs 2.700/2012, do Deputado Bosco, 2.713/2012, do Deputado Duarte Bechir, 2.729/2012, do Deputado Inácio Franco, e 2.731, 2.734 e 2.735/2012, da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes; de Direitos Humanos - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 28/3/2012, do Requerimento nº 2.728/2012, do Deputado Celinho do Sintrocetel; de Cultura - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 28/3/2012, dos Requerimentos nºs 2.714/2012, do Deputado Luiz Henrique, e 2.719/2012, da Comissão de Participação Popular; e de Política Agropecuária - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 28/3/2012, do Projeto de Lei nº 2.842/2012, do Deputado Paulo Guedes, e dos

Requerimentos nºs 2.702/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.710 e 2.730/2012, da Deputada Liza Prado, e 2.736 e 2.738/2012, da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes; e pelos Deputados Bonifácio Mourão - informando que abre mão de sua vaga como membro efetivo da Comissão de Administração Pública (Ciente. Publique-se.); e Lafayette de Andrada (2) - informando sua indicação para membro efetivo das Comissões de Redação e de Administração Pública, nas vagas da ex-Deputada Ana Maria Resende e do Deputado Bonifácio Mourão, respectivamente (Ciente. Designo. Às Comissões.).

### **Despacho de Requerimentos**

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes em que solicitam a retirada de tramitação do Requerimento nº 2.737/2012 e dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Resolução nº 539/2011, Zé Maia em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.625/2011 e Carlin Moura em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 831/2011 (Arquivem-se os projetos e o requerimento.); nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento das Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis em que solicitam a inclusão em ordem do dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2011; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento dos Deputados Célio Moreira, Délio Malheiros, Sargento Rodrigues e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais pelos 80 anos de sua fundação.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 3 de abril, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/3/2012**

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”: ofícios dos Srs. Osmar Machado da Silveira, professor, Deputado Federal Walter Tosta (16/3/2012); Deputado Federal Eros Biondini e Deputado Federal Júlio Delgado (17/3/2012). O Presidente informa que foram redistribuídas as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 163 e 880/2011 (Deputado Neilando Pimenta); 268, 793 e 1.205/2011 (Deputado Bosco); 1.635/2011 (Deputado Carlin Moura); e 828 e 2.174/2011 (Deputado Duarte Bechir). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 406/2011 (relator: Deputado Carlin Moura, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 706 e 973/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.633, 2.639, 2.662, 2.695 e 2.696/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Aprovado relatório de visita à Escola Municipal Maria Silva Lucas - Caic Laguna -, realizada em 8/3/2012, que segue publicado após assinaturas. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as condições de funcionamento dos Centros Educacionais de Educação Continuada - Cesecs - implantados no Estado; Paulo Guedes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater os critérios de repasse de recursos pela Secretaria de Estado de Educação aos Municípios mineiros para transporte escolar; Bosco e Carlin Moura, emendado pelo Deputado Carlin Moura, em que solicitam seja encaminhada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sectes -, ao Cetec e às Secretarias de Planejamento dos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte a apresentação do projeto "Miniusinas Solares Fotovoltaicas em Sistemas de Transporte Rápido por ônibus - BRT", vencedor do Prêmio Jovem Cientista do CNPq, do estudante de Arquitetura Kaiodê Leonardo Biaque, bem como as notas taquigráficas da reunião desta Comissão realizada em 29/2/2012, a fim de que possam avaliar a viabilidade de implantação do projeto nos referidos municípios; André Quintão e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Participação Popular, com a finalidade de debater, por solicitação da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - Amefa -, a desocupação dos prédios onde funciona há mais de dez anos a Escola Família Agrícola Bontempo, situada no Município de Itaobim; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Saúde com a finalidade conhecer as ações desenvolvidas pelas unidades de ensino do Estado e do Município de Belo Horizonte relativas à Semana de Mobilização Saúde na Escola, lançada pelo Ministério da Saúde; Bosco em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de São Joaquim de Bicas, com a finalidade de debater a implantação de um câmpus do Instituto Federal de Minas Gerais; e Carlin Moura (3) em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Prefeitura Municipal de Contagem para verificar a possibilidade de autuação ou substituição da empresa prestadora de serviço de segurança nas escolas municipais ou, caso não seja possível, seja solicitada a essa empresa melhoria na qualidade do serviço prestado; em que solicita sejam encaminhadas cópias do relatório de visita à Escola Municipal Maria Silva Lucas, aprovado nesta reunião, aos seguintes órgãos: Prefeitura Municipal de Contagem, Câmara de Vereadores de Contagem,



Secretaria Municipal de Educação de Contagem, Secretaria de Defesa Social de Contagem, Guarda Municipal de Contagem, Secretaria de Estado de Educação - SEE -, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Promotoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Comarca de Contagem; Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Contagem; Promotoria Estadual de Defesa da Educação, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Contagem; ao jornalista Marco Maracanã, apresentador do Programa Brasil Urgente da Rede Bandeirantes de Televisão; e em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Prefeita Municipal de Contagem e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura de Contagem para a promoção de ações que visem dar mais segurança à Escola Municipal Maria Silva Lucas - Caic Laguna. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Bosco, Presidente - Adelmo Carneiro Leão.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

#### Local visitado: Escola Municipal Maria Silva Lucas – Centro de Atendimento Integrado à Criança – Caic Laguna Apresentação

A requerimento do Deputado Carlin Moura, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 8/3/2012, a Escola Municipal Maria Silva Lucas, no Bairro Novo Progresso em Contagem, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre as invasões ocorridas na escola durante o feriado de Carnaval e verificar as condições de segurança dos alunos, professores e demais funcionários da Escola.

Participaram da visita o Deputado Bosco, o Deputado Carlin Moura, o Deputado Elismar Prado e o Deputado Federal Weliton Prado, que foram acompanhados por Marcos Silva Luciano, Delegado da Polícia Civil; Ademilson Ferreira, Coordenador do Sind-UTE; José Lopes, representante da Superintendência Regional de Ensino da Região Metropolitana B da Secretaria de Estado de Educação; Maristela Ribeiro Araújo, representante do Núcleo Regional de Educação da Secretaria Municipal de Educação; Major Edmilson da Silva Sabino, da Polícia Militar de Minas Gerais; Vereador Evair Soalheiro; Maria Aparecida de Fátima, Diretora da Escola Municipal Maria Silva Lucas e Exupéry Jean, Diretor da Escola Municipal Albertina Alves, situada no Bairro Oitis, em Contagem.

#### Relato

A visita à Escola Municipal Maria Silva Lucas – Caic Laguna –, no bairro Novo Progresso é decorrente da reunião com convidados em 1º/11/2011 na Comissão de Segurança Pública, oportunidade em que foram debatidas as agressões físicas sofridas pela Diretora da escola, ocorridas em agosto de 2011. Contudo, a necessidade de se verificarem “in loco” as condições de segurança da escola foi reforçada após as invasões durante o feriado do carnaval neste ano.

Segundo informação da direção da escola, os casos de invasão e depredação da estrutura da escola são frequentes e os gastos com reparação dos danos e reposição de equipamentos furtados ocupam cerca de 40% da verba escolar. Somente na ocorrência no feriado de Carnaval, a escola teve o prejuízo de R\$50.000,00 em equipamentos.

A escola ocupa um terreno de aproximadamente 30 mil m<sup>2</sup> e atende a 1.390 alunos do ensino fundamental, 329 alunos no ensino infantil e 331 alunos da Educação de Jovens e adultos nos turnos manhã, tarde e noite.

Na área pedagógica, a escola está amparada por diversos projetos complementares que contribuem para a formação integral dos alunos, como os programas Mais Educação e Segundo Tempo, do Governo Federal; Escola de Tempo Integral; oficinas de dança, letramento e horta; os programas municipais Educação pelo Tambor e Fanfarra; etc.

Com relação à infraestrutura, há na escola laboratório de aulas práticas de ciências, laboratório de informática, um ginásio esportivo, além de quadras de esportes.

Constatou-se que o grande desafio que se apresenta à administração escolar é garantir a segurança de tantos alunos de diversas idades, que cursam desde a creche ao 9º ano do ensino fundamental, em um terreno de grandes proporções e sem a devida estrutura de segurança.

Os principais problemas observados foram: existência de duas escolas com administrações distintas no mesmo espaço, que compartilham a entrada principal. Os transtornos causados por esse fato são: a falta de segurança para as crianças menores, que podem se misturar aos alunos do ensino fundamental; a presença de pessoas estranhas no ambiente escolar, que, com a justificativa de acompanhar uma criança até o centro de educação infantil, podem transitar livremente pelo espaço da escola, bem como a dificuldade dos pais e da comunidade do entorno de identificar os servidores responsáveis por uma e outra unidade de ensino; inadequação dos muros da escola em relação ao tamanho do terreno; falta de cercamento do acesso às caixas-d'água da escola, que estão a uma altura de aproximadamente 30m do solo; frequentemente os alunos sobem para nadar nessas caixas; número insuficiente de vigias e porteiros para zelarem por um terreno imenso e desprotegido; estrutura bastante degradada e depredada pela ação de vândalos ou pela ausência de manutenção – o piso da escada principal de acesso às salas de aula está aparentemente solto; atuação ineficaz da empresa de segurança contratada pela Prefeitura para monitorar a escola.

Os membros da comunidade escolar e representantes da comunidade do entorno da escola solicitaram o apoio do Poder Executivo na implementação de ações que garantam a segurança no local, como a construção de um muro de chapisco, a instalação de câmeras e o policiamento dos arredores da escola.

Quanto à última questão, os representantes das Polícias Civil e Militar se dispuseram a garantir a segurança na escola e na comunidade. O representante da Polícia Militar informou que os vândalos que arrombaram a escola foram identificados e encaminhados aos Conselhos Tutelares e que foi montado um novo esquema de patrulhamento na região, com apoio da Guarda Municipal. O representante da Polícia Civil, por sua vez, se comprometeu a se envolver mais nas ocorrências de violência escolar da região.

O Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que originou a visita, afirmou ser importante que todas instâncias de poder – municipal, estadual e federal – e órgãos afetos ao combate à violência escolar, à proteção do direito das crianças e adolescentes e ao patrimônio público sejam acionadas para que, dentro da área competente, possa agir de forma integrada e urgente em favor das demandas apresentadas para a reconstrução física da escola e reestabelecimento do convívio pacífico no educandário. O Deputado Carlin Moura ainda sugeriu que seja desenvolvida uma ampla campanha na comunidade para defender e proteger a escola, e que um mutirão seja realizado para revitalização de suas dependências.

O Deputado Elismar Prado destacou o potencial das atividades pedagógicas, como o ensino de música nas escolas, na prevenção aos incidentes de violência no ambiente escolar. O Deputado Federal Weliton Prado se comprometeu a solicitar apoio da Câmara Federal para que a escola consiga repor os equipamentos roubados ou avariados com as invasões.

O Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia lembrou as iniciativas desta Casa Legislativa para tratar do assunto da violência no ambiente escolar, que culminaram na realização do fórum técnico "Segurança nas escolas – por uma cultura de paz", em 2011. Tais iniciativas demonstram que a ALMG está atenta a essa questão e a realização dessa visita revela que esta Comissão continua aberta a sensível a esse problema.

Acompanha este relatório anexo com fotografias que retratam as condições da estrutura física da escola

### **Conclusão**

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia constatou a necessidade de intervenção do Poder Executivo para implementação de melhorias na infraestrutura fundamentais para garantir a segurança interna da Escola Municipal Maria Silva Lucas, como a reforma do muro que cerca a escola, a contratação de vigias ou porteiros em número suficiente para atender às duas unidades de ensino que funcionam no mesmo espaço e a instalação de equipamentos de controle e segurança.

Foi constatada também a necessidade de se apurarem os termos da prestação de serviço da empresa de segurança contratada pela Prefeitura para fazer o monitoramento da escola.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Bosco, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.

### **ANEXO**

## **ÀREA EXTERNA DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA SILVA LUCAS**



**CAIXA D'AGUA**



**GINÁSIO POLIESPORTIVO – ÁREAS INTERNA E EXTERNA**

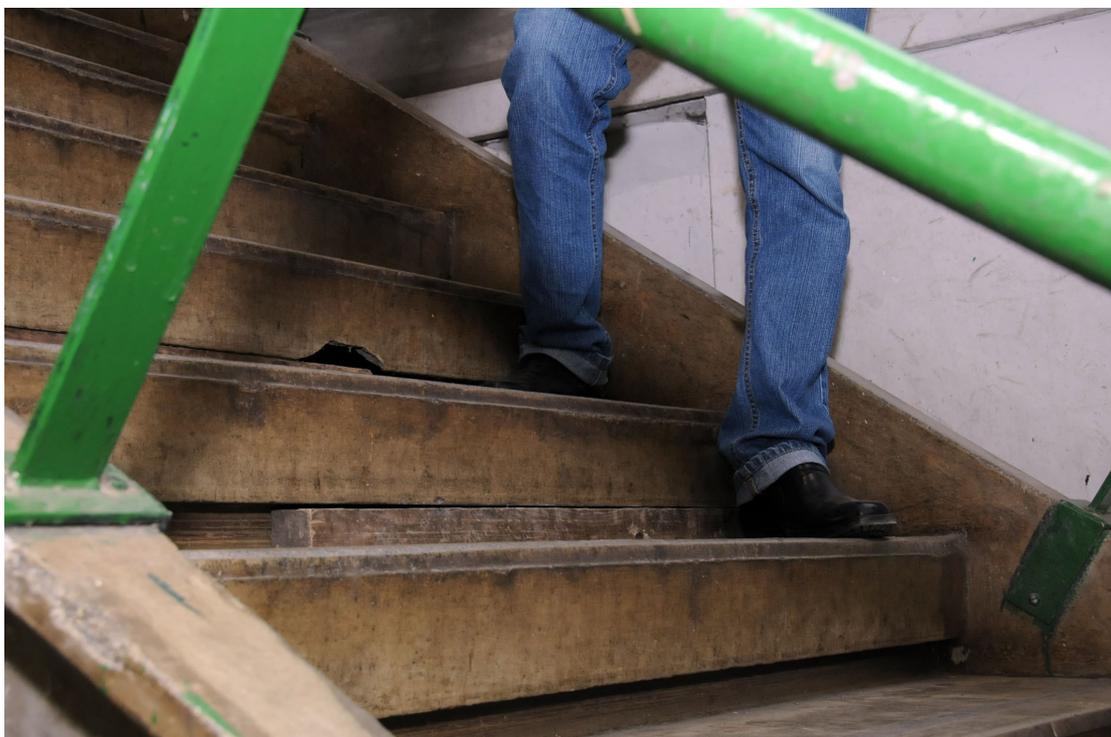




## JANELAS SOLDADAS DA SALA DA DIREÇÃO



## ESCADAS DE ACESSO ÀS SALAS DE AULA (APARENTEMENTE SOLTAS)



Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Bosco e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão em que solicita seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste do Estado de Minas Gerais - Idene - pedido de informações sobre a execução, no Estado, do programa Leite Fome Zero - Um Leite pela Vida, especialmente no tocante à efetiva implantação do previsto no art. 4º da Resolução Federal nº 37, de 2009; e sejam encaminhados ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável ofício para comunicar o envio do referido pedido de informações ao Idene e pedido de providências para que monitore a execução do programa Leite Fome Zero - Um Leite pela Vida no âmbito de sua competência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2012.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir - Célio Moreira.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/3/2012**

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Fábio Caballero, Vereador da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, e Márcio Lobato Rodrigues, Delegado-Geral de Polícia da Superintendência de Investigações e Polícia Judiciária, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja ouvido nesta reunião o Vereador Fábio Caballero, da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, para relatar as frequentes ameaças de morte que vem sofrendo; do Deputado Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os constantes roubos a caixas eletrônicos nas agências bancárias; seja formulada manifestação de aplauso aos 1º-Sargento PM Sidinei Rogério Cardoso, lotado na 2ª Companhia Batalhão Rotam, e ao 1º-Sargento PM Robson Marinho da Silva, lotado no Centro Integrado de Comunicações Operacionais, pelos 29 anos e 26 anos, respectivamente, de serviços prestados à PMMG; seja formulada manifestação de aplauso à equipe do Sr. Islande Batista, do Deoesp, pela prisão da quadrilha que assaltou uma empresa de valores em Belo Horizonte, em 2010, que roubou a maior quantia em dinheiro já registrada nesse tipo de delito no Estado; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para viabilizar a convocação de candidatos excedentes, aprovados na 3ª fase do processo seletivo interno para admissão ao Curso de Habilitação para Oficiais; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, João Leite, Sargento Rodrigues e Rômulo Viegas (5) em que solicitam seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para garantir a integridade física do Vereador Fábio Caballero, em função das constantes ameaças de morte que vem sofrendo; seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre eventuais providências tomadas pelo órgão para a apuração de denúncias feitas pelo Vereador Fábio Caballero, relativas a atos delituosos e improbidade administrativa no programa de merenda escolar e na aquisição superfaturada de equipamentos e materiais; seja encaminhado ao Ministério Público na Comarca de Ribeirão das Neves pedido de informações sobre eventuais providências tomadas por esse órgão para apuração e responsabilização por irregularidades que estariam ocorrendo no programa de merenda escolar nesse Município, conforme denúncia do Vereador Fábio Caballero; seja encaminhado à Câmara Municipal de Ribeirão das Neves ofício informando que esta Comissão recebeu, nesta data, denúncias envolvendo risco à vida do Vereador Fábio Caballero, bem como se ressalte a participação da Polícia Civil na reunião e que esse órgão está apurando o caso e fornecendo apoio ao Vereador; à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária solicitando a realização de audiência pública para obter esclarecimentos sobre a atuação do Tribunal de Contas na fiscalização de eventuais irregularidades na Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves na aquisição de bens e no programa de merenda escolar, já denunciadas ao órgão de contas do estado pelo Vereador Fábio Caballero. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Dalmo Ribeiro Silva.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2012, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre os resultados da "Operação Carnaval 2012" e os preparativos, advertências e orientações para a "Operação Semana Santa 2012" e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a Faculdade de Direito da UFMG pelos 120 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.589/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Unimontes pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.590/2012, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à OAB-MG pelos 80 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.593/2012, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Escola Estadual Margarida Brochado pelos 80 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.619/2012, do Deputado Anselmo José Domingos);

de congratulações com os Srs. Zenaído Lima da Fonseca e Irani Muniz Leão, extensionistas da Emater-MG em Arcos, pela coordenação do Programa Minas sem Fome nesse Município (Requerimento nº 2.620/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos 27/3/2012**

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Boa tarde. Quero cumprimentar o Deputado José Henrique, Presidente nesta reunião, os demais colegas que aqui se encontram e os telespectadores da TV Assembleia.

Muitos assuntos hoje me trazem aqui. Tive oportunidade de utilizar este microfone para, algum tempo atrás, pedir que esta Casa fizesse uma manifestação parabenizando o Dr. Fernando Coura, eleito na última semana Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram. Mais um mineiro ocupa um dos mais altos postos das entidades empresariais do nosso Estado. Da mesma forma que temos o Dr. Robson Andrade na CNI, teremos agora o Sr. Fernando Coura, meu grande amigo, à frente do Ibram.

Cumprimento também o nobre Deputado Lafayette de Andrada. É um grande prazer revê-lo, mais uma vez, retornando a esta Casa. O Deputado fez um belo trabalho à frente da Secretaria de Defesa Social, e tenho a certeza de que houve grandes avanços, ao contrário do que muitos querem. Deputado Lafayette de Andrada, receba deste Deputado os parabéns pelo belo trabalho e pela gestão à frente dessa Pasta. Desejo, da mesma forma, ao Procurador Rômulo, que está ali agora, êxito em seu trabalho e em sua luta.

Como disse, vários assuntos me trouxeram aqui. Aproveito para cumprimentar todos os servidores desta Casa e os demais Deputados. Tenho sido testemunha, juntamente com o Deputado Dinis Pinheiro, Sr. Presidente, em algumas caravanas, Deputado Antônio Carlos Arantes, do Expresso Cidadania. Temos percebido sobretudo o empenho, a dedicação e o entusiasmo dos servidores da Casa e de todos os que têm participado dessa ação. Tenho a certeza de que, daqui a algum tempo, inúmeros futuros eleitores participarão da vida pública do nosso Estado.

Mas o assunto que gostaria de destacar aqui, na minha fala, hoje, para o qual solicito a atenção dos colegas Deputados, é relativo aos avanços, Deputado Rômulo Viegas, que Minas Gerais vem tendo nos últimos anos, apesar de alguns parlamentares procurarem aqui, de alguma forma, esconder, maquiagem os avanços que Minas teve.

Quero dar um testemunho das realizações tanto do governo Aécio Neves, hoje Senador, quanto, da mesma forma, na continuidade, do Governador Anastasia. Cito os da área de defesa social. Temos aqui, inclusive, o Secretário Lafayette de Andrada. Tivemos, também, avanços na área de desenvolvimento social, inclusive também temos aqui conosco o Secretário Cássio Soares, abrilhantando esta reunião. O Governador tem procurado diminuir as desigualdades existentes no Estado de Minas Gerais. Temos também avanços na área da educação. Aliás, na tarde de ontem, recebi um comunicado do Secretário Danilo de Castro, pelo qual o governo do Estado mais uma vez, rotina em nossa vida, comunica-nos melhorias que estão sendo realizadas em várias escolas estaduais da minha base parlamentar.

Temos tido avanços, também, na área da saúde. Está conosco aqui o Deputado Doutor Wilson Batista, que sabe muito bem disso. Cito os programas Farmácia de Minas e Saúde da Família. Os convites sempre chegam para participarmos de inaugurações.



Um outro programa é o Processo, cuja primeira etapa já está sendo concluída. Não vejo aqui entre nós o Deputado Sávio Souza Cruz, que sempre gosta de invocar esse tema referente ao asfalto. Ainda ontem tive a felicidade de ver um belo anúncio do governo do Estado de Minas Gerais, informando aos mineiros o início do programa Caminhos de Minas. Graças aos financiamentos obtidos - diga-se de passagem, possíveis em virtude da capacidade e da responsabilidade com que o Estado de Minas vem aplicando os recursos nos últimos anos -, teremos a ligação asfáltica entre diversos trechos que, certamente, beneficiarão vários Municípios mineiros.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Gustavo Corrêa. V. Exa. aborda tema de extrema importância para esclarecer a todos os mineiros que nos assistem.

Semana passada, expus aqui uma preocupação. Vou repeti-la. Os Prefeitos brasileiros, em especial, os mineiros, estão em sérias dificuldades para equilibrar as contas públicas. Os gastos agora hipotecados aos Municípios, por meio da Emenda nº 29, são realmente uma preocupação que tem de ser colocada numa pauta de discussão, pois o governo federal acertou que a contribuição financeira da nação brasileira será feita por meio da variação do PIB. Temos notícias de que o PIB, no ano passado, foi um “pibinho”, que caiu assustadoramente, refletindo em Minas Gerais. Quando Minas vai mal, o Brasil vai pior ainda. Fico, assim, preocupado.

Compartilho com V. Exa. a necessidade de pedirmos à Associação Mineira dos Municípios um levantamento dessas contas da área de saúde, porque os Estados e Municípios ficarão à deriva nesse processo. Sabemos que a saúde é uma demanda muito acentuada.

Quero referir-me ao nosso caso específico dos resultados positivos do governo de Minas. Estamos vendo a participação efetiva do Senador Aécio Neves no exterior, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que conseguiu captar recursos para fazer uma diferença no quesito da administração pública do governo de Minas. O Governador Anastasia, muito centrado, muito tranquilo, com a capacidade que tem, fará com que agora as coisas comecem realmente a trazer resultados, evitando, às vezes, uma dependência muito grande de liberação dos recursos federais.

Solicito a V. Exa. mais alguns segundos para dizer-lhe que hoje, na parte da manhã, por meio do requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, tivemos uma audiência pública a fim de tratarmos do problema grave das nossas produções industriais que estão tendo o protecionismo muito forte por parte da Argentina. O Cônsul da Argentina esteve presente no debate, e nós apresentamos a dificuldade que existe. Para nós, a Argentina é o segundo país que mais nos fornece produtos de exportação. Por outro lado, há esta dificuldade: os produtos de maquinaria para o Brasil ficam parados por cerca de 500 dias na alfândega argentina, provocando enorme prejuízo aos empresários do Brasil. Então, essa audiência foi muito importante. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva está de parabéns. Simultaneamente, oficializamos ao governo do Estado, à Secretária de Desenvolvimento, Dorothea Werneck, que crie condições para visitarmos a embaixada argentina em Brasília para tratarmos desse assunto muito sério e grave que está acontecendo com a economia brasileira e mineira. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Antes de conceder aparte ao Deputado Luiz Henrique e ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero dizer que lamento, Deputado Rômulo Viegas, que os Municípios não possam, realmente, depender e esperar mais ações do governo federal, grande arrecadador que fica com grande parte ou com quase a totalidade das receitas disponíveis e não tem repassado aos Municípios, sobretudo aos Municípios mineiros, não sei se foi por alguma briga pessoal com o Senador Aécio ou com o Governador Anastasia. Por exemplo, estamos a par de que o metrô da nossa Capital não sai do papel, as obras da BR-381 também não e, todos os dias, algum parlamentar vem a esta tribuna para questionar isso, e há a questão do Anel Rodoviário, todos que transitam por ali sabem das dificuldades que proporciona aos usuários. Mas espero e tenho a certeza de que o governo federal vai começar a fazer o que o governo do Estado faz. O governo do Estado tem feito cortes em investimentos? Não. O governo estadual corta na despesa para proporcionar melhor prestação de serviço ao cidadão e aos usuários que vivem em Minas Gerais.

Ainda antes de conceder aparte ao Deputado Luiz Henrique, quero dar mais duas belas notícias ao povo mineiro. Uma é que o Governador Anastasia, nos últimos 10 dias, visitou a Itália e, ao retornar, informou a todos os mineiros novos investimentos no Norte de Minas, como a fábrica da New Holland, as fábricas das havaianas, que ali já são feitas. Quer dizer, independentemente do Prefeito da cidade de Montes Claros, a Capital do Norte de Minas, o Governador tem procurado levar as indústrias para essa cidade, para assim gerar o desenvolvimento no Norte de Minas, sempre tachado por uns como o “vale esquecido”, o “Norte esquecido”.

Outra notícia, para minha felicidade: a minha querida Almenara, cidade onde o Deputado Luiz Henrique esteve ao meu lado na última campanha política, em 2008, na nossa caminhada rumo à Prefeitura, receberá novos investimentos da Magnesita, em virtude da descoberta de um novo mineral, que, com certeza, gerará muitos empregos na região, não apenas em Almenara, mas em toda a região. E solicito à Secretaria de Meio Ambiente que, dentro da normalidade, da legalidade, agilize o processo de licenciamento, que já se vem arrastando há algum tempo.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)\* - Parabenizo V. Exa., Deputado Gustavo Corrêa, pelo tópico debatido a respeito das ações do governo de Minas, em atuação no Jequitinhonha e no Mucuri, no Norte de Minas. Observamos, há pouco mais de 10 meses, que o nosso Governador Anastasia criou a Sudene mineira, e nós já estamos colhendo frutos disso. O investimento com a New Holland, como disse V. Exa., foi um investimento italiano na região de mais de R\$600.000.000,00, a Alparatas, e a nova exploração de minério em Almenara, possibilitada exatamente pelos incentivos que o Governador Anastasia tem dado à nossa região.

Parabenizo V. Exa. por abordar esse assunto. E nós, nesta Casa, temos de apoiar veementemente essas ideias, apoiar a equipe do Governador Anastasia, que tem olhado de forma diferenciada para o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri. E isso começou com o ex-Governador Aécio Neves, ao proporcionar infraestrutura à região, como V. Exa. bem disse: o Processo e agora o Caminhos de Minas. Parabéns a V. Exa. por abordar um tema de tanta importância para Minas Gerais!

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, caríssimo Deputado Gustavo Corrêa. Parabenizo V. Exa. ao inaugurar esta semana, neste Plenário, esta reunião ordinária trazendo boas notícias de nosso Governador e de nosso governo. Sem dúvida alguma o nosso Governador não tem medido esforços para trazer a Minas grandes investimentos. Ele chegou, há poucos dias, da Itália anunciando investimentos para toda parte de Minas, particularmente para Almenara, conforme sua manifestação.

Gostaria também de ratificar a nossa satisfação pela retomada do projeto Caminhos de Minas. Votamos aqui, no ano passado, o projeto de lei que encaminhou, com o financiamento do Bird e do BID e com a participação do Senador Aécio Neves, que teremos ainda este ano o anúncio de outros trechos importantes para o Sul de Minas. Então quero manifestar a V. Exa., em nome do Sul de Minas, que temos alguns trechos que ainda não foram contemplados, mas na expectativa de muito em breve serem anunciados pelo nosso Governador. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Quando meu tempo já se finaliza, aproveito para parabenizar V. Exa. pelo belo trabalho que realiza no Sul de Minas, e o Deputado Luiz Henrique, que vem dando sequência ao trabalho que a nossa grande amiga e eterna Secretária Elbe Brandão fez.

Sr. Presidente, encerro apenas dizendo que espero que o governo federal olhe para Minas Gerais e aprenda como se deve fazer uma gestão, como deve ser uma gestão nos dias de hoje, e não faça como tem feito. Ainda ontem ouvi do Secretário Narcio que o Ministério da Ciência e Tecnologia, em vez de alocar mais recursos, tem feito os cortes necessários, quando, num momento como este, precisamos investir na educação e na tecnologia para que as futuras gerações possam ser orgulho não apenas dos mineiros, mas sobretudo de todos os brasileiros. Muito obrigado e boa tarde a todos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, e Deputado Ulysses Gomes, são vários os assuntos que poderiam ser tratados na tribuna, na tarde de hoje. Durante os últimos dias, como cidadão belo-horizontino, tenho acompanhado algumas atitudes que a Prefeitura de Belo Horizonte tem tomado no tocante às questões de liberação de eventos, alvará para eventos na nossa cidade, as quais muito me preocupam. Belo Horizonte se tornará, nos próximos meses - para não dizer nos próximos dias, se continuar na toada em que está, Deputado Doutor Wilson Batista -, numa cidade das mais tristes, se não a mais triste do Brasil. Enquanto cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - Capitais -, Inhapim, e está na galeria o companheiro de Inhapim, têm lutado para atrair grandes eventos, Belo Horizonte está indo na contramão, Deputado Glaycon Franco. A Prefeitura de Belo Horizonte tem-se gabado e sentido orgulho de restringir eventos dos mais democráticos, eventos de rua, que historicamente são feitos em todo o Brasil, para não dizer no mundo.

Um exemplo recente é que, há aproximadamente 15 dias, foi realizada em Belo Horizonte uma festa conhecida como Saint Patrick's Day. Muita gente questiona dizendo que essa festa é irlandesa, Deputado Luiz Henrique, que não é uma festa originária do Brasil, de Belo Horizonte. No entanto, é uma festa que, mesmo nos poucos anos em que vem acontecendo, caiu nas graças da juventude belo-horizontina. Se não me engano, foi criada há dois ou três anos por um grupo de jovens. No primeiro ano, reuniu 2 mil ou 3 mil pessoas; no segundo, em alguns quarteirões da Savassi, quase 30 mil, sem que houvesse nenhum problema de segurança ou confusão de brigas. É claro que todo evento de rua gera sujeira. Obviamente que, numa aglomeração de 15 mil, 20 mil, 30 mil pessoas, haverá problema de sujeira no dia seguinte. No entanto, Belo Horizonte tem uma empresa para cuidar da limpeza urbana que, aliás, cobra pela limpeza pós-evento de quem o realiza. Então, não faz de graça.

Assim como todo o Estado, Belo Horizonte possui uma polícia para nos dar segurança e que cobra também por evento. Então, Deputado Luiz Henrique, não faz de graça. Paga-se à polícia uma taxa para que cuide do evento. Belo Horizonte possui um Corpo de Bombeiros que também está aí para cumprir o seu papel. Mesmo assim, com tudo isso, constantemente temos a Prefeitura trabalhando contra esses grandes eventos.

Essa festa de St. Patrick's Day, que foi realizada há 15 dias, com muito custo, no Parque das Mangabeiras, reuniu 6 mil jovens num lugar fechado e restrito. É uma festa que, se bem-planejada, pode reunir 30 mil pessoas na Savassi ou em qualquer outro lugar. Teríamos de ter orgulho disso.

O Prefeito do Rio de Janeiro se ajoelha todos os dias pedindo que ele e seus administradores tenham criatividade para criar mais e mais eventos a fim de atrair turismo e dinheiro para a cidade. Por outro lado, Belo Horizonte vai na contramão e não quer evento de rua.

Daqui a pouco concedo aparte ao Deputado Pastor Carlos Henrique.

O que me preocupa é isso. Belo Horizonte é conhecida como a Capital mundial dos botecos. Recentemente foi aprovada pela Prefeitura de Belo Horizonte uma lei, sancionada pelo Prefeito, num acordo com as associações, dizendo que até às 23h30min os bares da Capital têm de recolher as mesas que estão na porta e nas calçadas. Daqui a meses Belo Horizonte deixará de ser a Capital mundial dos botecos. O que sempre foi motivo de orgulho para nós, belo-horizontinos, agora está parecendo que são assuntos que não podem ser tratados. Hoje Belo Horizonte é uma cidade que está sendo constituída para nela morar quem não gosta de eventos, de festa, nem pode fazer nada.

Portanto, esse é um assunto que muito me preocupa. Além disso, não é para ser tratado pela Assembleia Legislativa. A Câmara Municipal tem muito mais competência para tratá-lo do que nós, Deputados. No entanto, não poderia furtar-me e deixar de vir à tribuna para tratar disso e chamar a atenção dos nobres Vereadores sobre esse assunto. Precisamos deixar de lado essa questão e hipocrisia e dizer o seguinte: queremos, sim, evento de rua porque atrai dinheiro e turismo para Belo Horizonte.

Outro assunto que daqui a pouco estaremos discutindo é a questão de bebida em estádio de futebol. Tratamos disso de maneira tão hipócrita porque hoje, no Brasil, não há estádio algum em que se permita a venda de cerveja. No entanto, faço um desafio às senhoras e aos senhores. Vejam se em qualquer estádio do País não há um boteco ou um bar a menos de 15m da sua entrada ou um ambulante vendendo cerveja, cachaça, uísque ou o que for na sua porta. Deputado Duílio de Castro, por exemplo, em Sete Lagoas o sujeito pode ficar bebendo do meio-dia às 16 horas na porta do estádio, esperando o início do jogo, mas só que dentro dele não pode beber? Que hipocrisia é essa? Por que na porta do estádio se pode beber, mas lá dentro não?

No estádio do Villa Nova, o Alcapão do Bonfim, Estádio Castor Cifuentes, a pessoa compra cerveja pelo muro. Entretanto, dentro do estádio, não pode beber nem vender cerveja. Temos de parar de tratar essas questões com hipocrisia. É preciso deixar de lado a hipocrisia. A questão da bebida na Copa foi conversada e acordada com a Fifa há cinco anos. Se houvesse algum problema em relação a isso, teríamos de tratar e falar com a Fifa há cinco anos, e não agora. Belo Horizonte precisa deixar de lado esse conservadorismo



com que tratamos as questões, porque a nossa cidade não é diferente de nenhuma do mundo. Quanto maior o número de turistas, mais dinheiro; quanto maior o número de turistas, mais emprego; quanto maior a sujeira deixada pelo evento, no dia seguinte precisará de mais gente para limpar, e isso gera mais emprego. Esse é o assunto principal da tarde de hoje.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa. pela lucidez com que traz os assuntos, especialmente pelo primeiro, em relação a Belo Horizonte e aos eventos. Realmente o Sr. Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte, tem criado uma série de obstáculos em relação ao serviço público. V. Exa. disse que a Câmara tem, sim, maior competência para tratar da matéria, mas, quando se trata de serviço público, ele deve ser adequado, eficiente e atender ao que se propõe fazer. É assim que a lei federal determina em todas as suas esferas. O serviço público tem de ser adequado, tem de atender às necessidades. Mas Belo Horizonte vem deixando a desejar, e muito. Por isso cumprimento V. Exa. em relação a esse aspecto. É a chamada corrida maluca. V. Exa. sabe o que ocorreu no Mangabeiras, um tumulto danado. E por que isso aconteceu? Porque o Prefeito, a BHTRANS, enfim, porque ninguém se preocupou com o evento da chamada corrida maluca.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Isso é por falta de paciência para planejar o evento, com 5, 10, 15 dias de antecedência. Isso também aconteceu na Parada Disney, na época do Natal, bancada até por uma empresa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Foi na Pampulha.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Teve quase 1 milhão de pessoas, o que impactou demais o entorno da Pampulha. Isso é por falta de planejamento do evento.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - É porque o Prefeito, Deputado Gustavo Valadares, não deve estar à frente da Prefeitura como um Prefeito sério, que deveria se preocupar com sua cidade. Se você é Prefeito da sua cidade, deve estar atento aos movimentos sociais. Mas o Prefeito é o mesmo que determinou a retirada dos moradores da comunidade Dandara, até requisitou força policial para retirá-los de lá. Ele é um Prefeito que não tem sensibilidade humana, não consegue enxergar as necessidades da sua cidade, do cidadão belo-horizontino. No entanto é um Prefeito, Deputado Gustavo Valadares, que atende pontualmente, e isso aconteceu em duas situações, a empresários do setor da construção, dando o pontapé inicial para a verticalização da Pampulha. Aí, sim, o Prefeito está atento. Ele foi milimetricamente cirúrgico, até mesmo violando o direito da coletividade, ao concluir: "Quanto a essa quadra do lado do Bairro São Luís e essa outra especificamente, vamos mandar o projeto de lei para a Câmara, a fim de que seja aprovado e essas empresas sejam beneficiadas". Aí dá início à verticalização. Quando é algo do interesse do Prefeito, ele fica superatento, Deputado Gustavo Valadares, é competetíssimo. O Prefeito Márcio Lacerda - é bom que todos os que nos acompanham pela TV Assembleia saibam disso - é responsável por dar início à verticalização do nosso complexo paisagístico cultural do entorno da Lagoa da Pampulha. O Prefeito Márcio Lacerda foi cirúrgico e pontual nessa hora. Pretendeu autorizar do ponto de vista legislativo e mandou o projeto para a Câmara, para esses dois lugares, e o restante da população e dos empresários não foi beneficiado.

Então, parabéns a V. Exa., que traz aqui um assunto muito sério, que diz respeito à nossa Capital.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Antes de passar a palavra novamente, darei aqui um exemplo, Deputado Sargento Rodrigues. Os moradores é que sempre se movimentam. Onde será o evento? No Mangabeiras, um grupo pequeno, geralmente composto pelas mesmas pessoas, reúne-se, dizendo que lá dará confusão, que é o tráfego, que é isto e aquilo. O Rio de Janeiro faz uma festa no "réveillon", na Praia de Copacabana, todo ano, onde há apartamentos de todos os tipos e tamanhos na avenida, que reúne mais de 2 milhões de pessoas. Nunca vi um morador reclamar da festa. Nunca vi. Por quê? Porque a cidade sabe planejar. Eles contratam várias bandas internacionais para colocar 1 milhão de pessoas na praia, atrair dinheiro e turistas, e ninguém reclama. O morador do Rio de Janeiro, em vez de reclamar, sente orgulho daquilo. Mas aqui é diferente.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)\* - Deputado Gustavo Valadares, discordarei de V. Exa. e do Deputado que me antecedeu em um ponto específico, sobre a responsabilização do Prefeito da cidade, Márcio Lacerda. A cidade carece de espaço físico para a realização de grandes eventos. Hoje temos uma dificuldade muito grande porque o Mineirão, por exemplo, está em obras. Ali há um espaço grande, para grandes eventos, mas que está impossibilitado de ser usado. O que resta?

As associações de moradores de Belo Horizonte têm um conflito muito grande com o poder público, ou seja, na região da Pampulha, a associação de moradores se mobiliza para impedir a realização de qualquer evento de grande porte. Aconteceu isso agora. Eles entraram na Justiça para impedir um evento. Assim também acontece no Mangabeiras e no Bairro de Lourdes. Então, estamos falando de três grandes bairros com a influência de um poder econômico muito forte. Então, responsabilizar o Prefeito nessa questão é muito fácil. O que acontece é a pressão da sociedade contra os eventos na cidade. Os moradores dessas três regiões é que estão sinalizando para a Prefeitura, para o poder público, que não devem ocorrer grandes eventos nessas regiões.

O que cabe à Prefeitura, ao poder público? Cabe encontrar um lugar em Belo Horizonte para a realização de grandes eventos, já que hoje a região da Pampulha está impedida, mais precisamente o Mineirão.

Então não podemos aqui responsabilizar o Prefeito, que tem feito um excelente trabalho. É muito fácil criticar, mas não estamos na ponta de lá, tentando dirimir e encontrar solução para um conflito tão grande como esse.

O Deputado Gustavo Valadares\* - V. Exa. foi Vereador e conhece, como eu, as associações de bairro. Tenho amigos em todas essas que V. Exa. citou. Faço um desafio. As associações são formadas por poucas pessoas, mas falam em nome da coletividade presente no entorno.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)\* - Eles mobilizam a imprensa, mobilizam a Justiça...

O Deputado Gustavo Valadares\* - Belo Horizonte elegeu um Prefeito que não pode se deixar levar por pressão das associações de bairro, porque, se assim for, não sairemos do lugar. Para isso há a Justiça, que tem sido coerente com as decisões da Prefeitura e da Câmara Municipal.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)\* - Contra os eventos.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Deputado Gustavo, primeiramente concordo com algumas afirmações.



Acredito que o Prefeito Márcio Lacerda seja o melhor administrador que este Brasil já viu. Tem falhas? Sim, tem. Creio que falta um lugar adequado para que realmente aconteçam os grandes eventos. Há equívocos por parte de alguns servidores, mas não são todos; porém, o grande equívoco é que é preciso que as cidades atendam aos empresários e à população.

Na questão dos bares, conforme V. Exa. disse, um passeio pode ser utilizado pelo comerciante, pelas pessoas que têm o costume de ficar na esquina. É possível deixar um espaço para o pedestre passar - afinal, a calçada foi feita para isso. É possível diminuir esses conflitos de forma planejada e organizada. Quando viajamos a outros países, percebemos os barezinhos com calçada florida, com lugar para o deficiente passar, com acessibilidade para idosos e para todas as pessoas. Mas é muito difícil em nossa cidade, que tem problemas graves, e Márcio Lacerda tem conseguido mostrar com muita competência que está preparado para administrá-la. Foram diversas administrações anteriores que não mexeram onde era preciso.

Entendo que agora temos que tomar cuidado, pois as eleições se aproximam e começam a fazer críticas que não procedem. Quero defender o Deputado Gustavo, quando diz que é preciso ter um lugar para realização desses eventos. Mas Belo Horizonte não é como Salvador. Em Salvador, a cultura é fazer festa dia e noite, então, dá para conciliar as igrejas e os bares, com o som acústico e as festas. Há exceções, como os grandes eventos, que devem ser planejados para que todos possam curtir de maneira organizada e com segurança. Para isso, a população deve entender as festas, como as festas folclóricas e tradicionais que V. Exa. mencionou. É preciso preservar isso, mas é preciso também ter uma cidade organizada, começando pelos passeios. Portanto, admiro muito o Márcio. Discordei de alguns servidores com relação a algumas interferências, e, quando houve o problema da feira "hippie", defendi. Uma feira linda e maravilhosa deve ser organizada e não aceitar que a industrialização tome conta. A feira deve ser ocupada pelos artesãos. E fui defender esses artesãos, briguei, lutei. É preciso planejar, e é o que Márcio tem feito. Obrigada.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Deputado Luiz Henrique, peço desculpas por não poder conceder-lhe o aparte, até porque sei que engrandeceria muito meu pronunciamento. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, público que nos assiste pela TV Assembleia em todo Estado de Minas, boa tarde a todos. Quero dirigir-me especialmente aos meus conterrâneos de Alfenas, Lavras e região e falar a respeito de um acidente gravíssimo ocorrido no último sábado na BR-491, no entrocamento com a rodovia estadual que dá acesso a Fama. Dois veículos se chocaram violentamente naquele trevo, e seis jovens perderam a vida. Tal foi a gravidade do acidente que cinco jovens perderam a vida no ato, e o sexto, no dia seguinte, no Hospital Alzira Velano. Alguns jovens ainda estão lutando pela vida naquele hospital. Um dos veículos era de Lavras, onde estavam estudantes da Universidade Federal de Alfenas; e o outro era de Alfenas, dirigido pelo filho de uma pessoa muito querida, Dr. Edward Quirino, Provedor da Santa Casa. Ele faz um belíssimo trabalho, recuperou a Santa Casa, que está em um bom caminho. Ele perdeu um filho de maneira brutal e violenta, o jovem Arley, que era amigo dos meus filhos. Esses jovens perderam a vida de uma maneira estúpida e violentíssima.

Eu fico indignado, pois essas mortes poderiam ser evitadas. Esses jovens poderiam estar entre nós, estudando; o Gabriel, que é pai, poderia estar com a sua família, não fosse o descaso com a vida, Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores. A BR-491, que passa por toda a região do Sul e Sudoeste de Minas, é uma rodovia da morte. Nela não há trevos e os que existem são precaríssimos. Nessa região há muitas cidades, é uma região muito populosa. As cidades do Sul de Minas são muito próximas umas das outras, com distâncias de 10, 15, 20 ou 30km, há um tráfego intenso, porque sua economia é pujante e forte, mas as rodovias são as mesmas da década de 60. O Caminho de Minas parou, não asfaltaram mais rodovias. As rodovias federais foram recapeadas, pavimentadas, o que aumentou o perigo, porque elas ficaram mais velozes, mais rápidas e mais perigosas. Muito mais perigosas.

Ali mesmo no trevo de Fama, que é uma cidade que recebe turistas de todo o Brasil, diversos acidentes já aconteceram. E também nos trevos da cidade de Serrania e no que dá acesso a Divisa Nova. Na sexta-feira, eu estava indo para a cidade de Guaxupé e vi, no trevo de Areado, um acidente grave, envolvendo uma carreta que transportava postes de cimento. Então todos os dias sabemos de estatísticas terríveis, graves e lamentáveis, relacionadas ao trânsito e à vida das pessoas. Amanhã terei uma reunião com o DNIT, para tratar especificamente da BR-491. Estou agendando também uma reunião com o DER, porque algumas rodovias estaduais possuem radares, mas é preciso que todas as rodovias os tenham. Se não evitarmos acidentes, movidos pela consciência, teremos de evitá-los, movidos pelo bolso. Os radares são necessários para que os motoristas respeitem a sinalização e diminuam a velocidade. Se houvesse um radar nas proximidades do trevo de Fama, talvez esse acidente não tivesse acontecido. Se esse trevo tivesse sido construído de maneira adequada, se fosse feito de modo a respeitar a vida e o dinheiro do contribuinte, que paga o IPVA, com certeza, hoje, esses jovens estariam vivos.

Quero também prestar a minha solidariedade aos familiares dos jovens de Lavras que estavam estudando em Alfenas, aos familiares dos jovens de Alfenas que perderam a vida e aos milhares de jovens trabalhadores e trabalhadoras que têm perdido a vida nessas rodovias perigosíssimas do nosso Estado. Não há um único dia aqui sem que um parlamentar fale sobre uma rodovia federal ou estadual. Sempre há um parlamentar para lamentar as mortes. Ora, é preciso que os governos federal e estadual entendam que é isto que o povo de Minas e de todo o Brasil espera dos governantes: que eles ajam e cumpram seus papéis.

Quando era Prefeito da cidade de Alfenas, Deputado Duílio - já lhe concederei aparte -, pagamos a elaboração de um projeto do trevo da Unifenas, em Alfenas, que está pronto, está pago e entregue ao DNIT, falta apenas construí-lo. E não se constrói, e as vidas vão sendo ceifadas. Fora os prejuízos econômicos, os prejuízos de toda a região com a falta de trevos e de fiscalização. Não há fiscalização, não se vê Polícia Rodoviária Federal e Estadual nas nossas estradas. Não há fiscalização, com relação à venda de bebidas alcoólicas nas beiras das estradas. Ou a Lei Seca vale apenas para os bares de Belo Horizonte e não mais para os de beiras de estradas, como era no início, quando eram fiscalizados?

Hoje é comum vermos motoristas de caminhões, de carretas e de carros de passeio tomarem cerveja ou alguma outra bebida alcoólica e pegarem a estrada, colocando em risco a vida das pessoas. Cadê a fiscalização? Cadê a responsabilidade da Polícia Rodoviária Estadual, da Polícia Rodoviária Federal, do governo federal e do governo do Estado?



O Deputado Duílio de Castro (em aparte)\* – Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Parabenizo-o por nos trazer um assunto de tamanha importância não apenas para os mineiros, mas para toda a população brasileira. Na verdade, vemos as nossas estradas como corredores da morte. Aproveitando a deixa de V. Exa., cito as BRs 351 e 356. Na BR-351, chegam a fazer o chamado balé das carretas. Na BR-356 há buracos em que cabe um carro. É um absurdo isso. Foi bom para o Brasil a popularização do veículo - considero isso importante -, mas temos de ter investimentos no sistema viário. Parece-me que se popularizaram também as carretas. Nunca vi tantas carretas nas estradas. A BR-040 faz Sete Lagoas e o caminho do sertão, o caminho de Brasília. Foi feita a duplicação até Sete Lagoas, mas não se pode falar que é uma rodovia, uma BR. Hoje podemos falar que ali é uma via expressa. Nunca vi tantos carros e tantas carretas. Passo por ali todos os dias, pois vou e volto de Sete Lagoas. Lá presencio inúmeros acidentes, que aliás levam a óbito.

A situação não é diferente se pegarmos a BR-381, que está precisando de duplicação. Quando V. Exa. aborda esse assunto, pensamos até onde vai a responsabilidade de cada gestor. Não estamos falando de partidos, de governo federal ou de governo estadual. Estamos falando de responsabilidade. Temos o Processo, que interligou todos os Municípios do Estado, e agora vem o Caminhos de Minas, para o qual esta Casa aprovou um empréstimo.

Precisamos duplicar as rodovias e de mais investimentos. Não precisamos apenas de asfaltamento; precisamos de duplicá-las e abrir o sistema viário brasileiro para evitar a ocorrência dessas tragédias. Quero até me irmanar a suas palavras de solidariedade com essa famílias de Alfenas e Lavras, que, infelizmente, tiveram suas vidas ceifadas. Isso está acontecendo todos os dias, em todas as estradas, por todo o Brasil. Esses acidentes têm de parar. O governo federal tem de buscar um caminho de investimentos. Caso contrário, se se popularizarem carros, caminhões e carretas e não se mexer no sistema viário, as estradas continuarão matando cada vez mais. Portanto, parabenizo-o por nos trazer esse assunto. Precisamos cobrar ações mais severas e mais investimentos para termos o prazer e o direito de rodar pelas nossas rodovias. Parabéns.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado. Antes de conceder aparte ao Deputado Luiz Henrique, quero dizer que sou conhecido pelos meus conterrâneos e companheiros do PT da região por ser um homem de ação. Já interrompemos por muitas vezes o tráfego naquelas rodovias para exigir a manutenção e a conservação delas. Aliás, isso ocorreu até quando eu era Prefeito. Espero que não seja preciso interromper novamente o tráfego nas rodovias até que os governos estadual e federal cumpram o seu papel.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)\* - Deputado Pompílio Canavez, quero parabenizá-lo pelo tema em discussão. Concordo com V. Exa. quando se refere ao sistema viário brasileiro. O que está faltando é planejamento. Vamos ficar aqui por 30 anos falando de acidentes nas estradas se não pensarmos em um modal ferroviário. Temos de diminuir o custo-Brasil com isso. Navegação de cabotagem. Temos a maior costa navegável do mundo.

O Deputado Pompílio Canavez\* - Hidrovias.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)\* - Vemos uma carreta sair de Salvador para levar carros a Porto Alegre, atravessando meio Brasil por rodovias. Isso poderia ser feito por via do oceano, que é mais barata e prática. Temos de pensar o Brasil do futuro com um modal ferroviário; caso contrário, ficaremos 30 anos falando de estradas esburacadas, de manutenção, de vias e de acidentes como esse que ocorreu. Quero me solidarizar com as famílias.

Por outro lado, é com alegria que o Estado de Minas Gerais, especialmente o Jequitinhonha, recebe hoje a Sra. Renata Campos, esposa do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que está visitando o Vale do Jequitinhonha e conhecendo a nossa economia criativa e o nosso artesanato. Parabenizo V. Exa. pelo tema e também a Sra. Renata Campos, por conhecer um pouco o trabalho desenvolvido na região.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Deputado Pompílio, realmente todos têm razão. Precisamos melhorar muito as nossas estradas. A MG-050 foi a primeira PPP do Estado de Minas Gerais. Há mais de um ano, não há obras próximas a Divinópolis. Estamos passando uma fase muito ruim, principalmente no trevo de Icarai, onde se concentra todo o PIB da cidade. Os empresários e trabalhadores têm dificuldade para passar por ali e voltar para a cidade. Eles ficam mais de 1 hora esperando o fluxo de carros para entrar na rodovia. De fato, o problema é sério. Já solicitamos a solução junto ao DER e à Nascentes, mas não temos resposta. No dia 29, quinta-feira próxima, Deputado Pompílio, faremos uma audiência pública na Assembleia Legislativa para tratar do problema da Nascentes das Gerais e da PPP da MG-050. Aproveito a oportunidade para convidar a todos, especialmente a população das cidades do trecho da Nascentes, para tratarmos do contrato. Temos a certeza de que devemos repactuar para ter mais obras. O custo é alto, o pedágio é caro, R\$4,00 por carro pequeno. Precisamos de benefícios, não podemos ter apenas custos, que são inevitáveis. Vamos brigar por isso. Parabéns! É isso mesmo, estamos aqui para trabalhar.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado. Estive em Passos na sexta-feira, Deputado, e, durante conversa com membros do Partido dos Trabalhadores, como o Auro Maia, provável candidato a Prefeito, todos disseram a mesma coisa da MG-050, ou seja, que é cara, esburacada, perigosa, cheia de curvas. Eles estão se sentindo roubados, porque pagam para ter uma estrada como as de São Paulo, mas ela é sofrível. Faço questão de estar presente na sua audiência.

Para encerrar, Sr. Presidente, manifesto, mais uma vez, a solidariedade de toda esta Casa à família dos jovens que perderam a vida nesse trágico acidente que poderia ter sido evitado. Amanhã estarei no DNIT cobrando a instalação de lombadas eletrônicas e radares em toda a extensão da BR-491. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Caro Presidente, Deputado Inácio Franco, saúdo V. Exa. e todos os membros da Mesa desta Casa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Saúdo também a nossa querida gente de Minas Gerais. A TV Assembleia é poder e voz do cidadão deste bravo Estado. Boa tarde a todos. Muito obrigado por estarmos juntos.

Sr. Presidente, parece que combinamos debater sobre a malha rodoviária. Hoje pela manhã, uma das principais emissoras de Minas dava conta de uma entrevista do Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Ao ser questionado sobre a inércia dessa instituição quando ocorre acidente nas rodovias, ficou latente que ela não tem condições de continuar trabalhando como deveria.



A cidade-base que este Deputado representa e da qual foi, com muito orgulho, Prefeito e Vereador, é Campo Belo. Para chegar a Belo Horizonte, viemos pela BR-381, Sul.

Quando se começa a chegar na Serra de Itaguara, qualquer pequeno acidente que houver dali para cá, nas imediações da Refinaria Gabriel Passos, antes da Fiat e perto de Betim, impossibilitará que chegue a Belo Horizonte ambulâncias, profissionais, funcionários e estudantes. Por que será que está acontecendo isso, caro Presidente? Só uma situação nos reporta a essa fala.

A Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina mandou para cá, no período das férias deste ano, um helicóptero para ajudar na fiscalização do tráfego do trânsito nas rodovias. Ora, esse helicóptero atende às demandas lá de Santa Catarina, aquele pequeno Estado do nosso querido país. Já no grande Estado de Minas Gerais, não há um helicóptero sequer. No grande Estado de Minas Gerais, não há proporção entre os servidores da Polícia Federal e a quantidade de quilômetros que as nossas rodovias federais têm. Minas Gerais é o terceiro Estado a contribuir com o governo federal na arrecadação dos impostos, mas está em 15º em retorno de investimentos em nossas rodovias.

O Deputado Pompílio Canavez, a cujo partido a Presidenta, que se diz de Minas Gerais, é filiada, me antecedeu. Na verdade, falta zelo, falta gosto, falta vontade, falta amor a esta terra por parte do governo federal, para olhar com mais carinho para os mineiros. Citei aqui a BR-381, mas também aqueles que vêm da BR-381 norte estão em piores condições. Aqui no sul já temos a duplicação de São Paulo até a Capital mineira, mas no norte não temos. Norte rima com que, mesmo? Com saúde ou com morte? Norte rima com morte. Não é à toa que ela é chamada de “rodovia da morte”. A rodovia tem esse apelido pelo abandono, pelo descaso e pela falta de compromisso do governo federal. Governo que tem agora uma mineira.

Estou vendo a atual Presidente com muito gosto e com muito carinho dizer que vai liberar 80 bilhões de reais para fazer uma linha que ligará Rio de Janeiro a Campinas. É o trem bala, que anda muito rápido. Enquanto isso, aqui em Belo Horizonte, em nossas rodovias mineiras, não há investimentos necessários para salvar vidas. O dinheiro que gastará com esse trem bala sobriaria para atender às necessidades de Minas Gerais e de mais dois, três, quatro ou cinco Estados. Resolveria, assim, os problemas essenciais dos Estados, aquilo que está matando. Será que aqui em Minas não tem quem possa dizer à Presidenta: “Olha, Presidenta, estão dizendo lá que a senhora nasceu em Minas, mas que não tem olhado para aquele Estado com gosto, com zelo de uma verdadeira mineira. Dizem lá, Sra. Presidenta, que na Assembleia Legislativa os Deputados estão tristes porque Pernambuco recebeu mais recursos do que Minas Gerais.” Será que não tem alguém para dizer a ela em Brasília que nós, de Minas Gerais, somos os seus conterrâneos? Ou será, meus caros Deputados, que ela é nossa conterrânea por uma obra do acaso?

Há gerentes de bancos que viajam a trabalho em vários Estados. Quando nasce sua filha aqui, dizem: “É mineira a minha filha. Que beleza!” Mas, na verdade, Minas não nasceu no coração dela.

Ela nasceu aqui - circunstância do acaso -, mas o coração da Presidenta não tem Minas Gerais, tem a Bulgária. Pergunto aos Srs. Deputados, aos telespectadores: por que tem Bulgária e não tem Minas Gerais? Querem saber? Muito fácil. Quem lê jornal sabe, quem acompanha os trabalhos desta Casa também sabe por que a Presidenta não ajuda Minas e ajuda a Bulgária. Os pais dela vieram de lá, ela é filha de búlgaros. A Presidenta foi lá cumprimentar o seu povo quando assumiu, foi passear na Bulgária, recebeu elogios, cumprimentos. O avião presidencial, o chamado Aerolula, levou-a. Ela visitou a cidade natal, o que está muito certo, não há nada de errado. Mas mandar 50 milhões para a Bulgária para ajudar nas enchentes e esquecer Minas Gerais e o País em que nasceu? O país que o papai e a mamãe nasceram é importante, mas e a terra natal? Onde está a mineiridade, o amor a Minas Gerais? Acho que a Presidenta está mal-informada, acho que os seus companheiros em Minas Gerais, a companheirada, como gostam de serem tratados, não tem levado a ela as solicitações, não tem levado a ela o que nós, mineiros, precisamos e queremos. Alguns que poderiam levar a ela esses assuntos estão preocupados em composições políticas, em destruir imagens de políticos que talvez ameacem o trono, e não estão levando a ela as necessidades primárias, elementares de Minas Gerais. Essa é a triste conclusão a que chego.

Fico pensando no porquê desse abandono, desse esquecimento. Não canso de falar, Sr. Presidente, que choveu muito. Propus agora uma audiência pública para discutir com os Prefeitos, principalmente os da Zona da Mata, em que dia chegou, o quanto chegou e se o povo ainda está triste. Estou esperando, vamos descobrir os pingos nos “is”. Acho que precisaremos mandar os vídeos para ela do povo chorando, sem casa, das cidades destruídas e dizer a ela: “Cara Presidenta, a Bulgária está muito longe, Minas Gerais está pertinho. Se não está pertinho do coração da senhora, está mais perto do que Brasília. Olhe a distância em que está a Bulgária e a distância em que está Minas Gerais. Se está fora do âmago, lá do fundo do coração a nossa Minas Gerais, aqui há pessoas que votaram na senhora, que acreditaram que a senhora fosse honrar as tradições de Minas, que acreditaram que, como boa mineira, a senhora não viraria as costas para o seu Estado, para a sua terra natal”. Como disse no início, talvez a circunstância de ter passado por Minas Gerais, de a mamãe ter tido a filha aqui, não encantou, não tomou conta. Talvez seja isso, não sei.

Não concedi aparte ainda porque tenho que construir esse raciocínio e tenho que sinalizar aonde quero chegar. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, se a Polícia Rodoviária Federal não agir rapidamente, proporei na comissão pertinente um requerimento chamando-a para nos apresentar um plano de ações estratégicas que solucione, o mais rápido possível, os problemas quando ocorrer um acidente nas rodovias que chegam a Minas Gerais - a BR-381 Norte e Sul e a BR-262, que ligam nosso Estado ao querido Estado de Goiás, São Paulo, Espírito Santo e à Capital paulista. Não pode acontecer um acidente que não se chega a Belo Horizonte.

O Deputado Fred Costa (em aparte)\* - Deputado Duarte Bechir, como lhe é peculiar, sempre com brilhantismo traz aqui temas relevantes. Felicito-o por seu pronunciamento, mas também não poderia deixar de dizer que V. Exa. foi um exemplo de Chefe de Executivo que deveria ser seguido em todas as esferas. V. Exa. cita a “Presidenta Lula”. Com muita tristeza, como cidadão belo-horizontino que amo esta cidade e este Estado, esperávamos todos nós um tratamento, senão preferencial, privilegiado, pelo menos republicano por parte da Chefe do Executivo. V. Exa. e os nobres pares são testemunhas do quanto este Deputado se esmerou juntamente com os demais pares na nossa Frente Parlamentar Pró-Metrô. A Presidenta esteve em Belo Horizonte promovendo verdadeira pirotecnia quando anunciou que, finalmente, teríamos os recursos tão esperados para a ampliação do nosso metrô, que, até o presente momento, tem apenas 28,2km. Estamos apenas no mês de março e já tivemos praticamente quatro interrupções do nosso metrô, em função da falta de investimento e de modernização. Se hoje ele funciona é tão somente pela competência, pelo esforço dos



abnegados funcionários que fazem de tudo para que o metrô continue atendendo aos belo-horizontinos e aos moradores da Região Metropolitana. Parabéns aos guerreiros funcionários da CBTU.

Não podemos ignorar a realidade e devemos lembrar que recentemente a Presidenta esteve não só em Belo Horizonte, mas também em Recife, Pernambuco, em Salvador, na Bahia, anunciando também recursos para o metrô dessas Capitais; no entanto, até o presente momento ficamos limitados ao anúncio político, sem a efetivação desses recursos para que o governo do Estado de Minas Gerais, que teve a coragem, a ousadia de formar um consórcio entre Belo Horizonte, Contagem e Betim, pudesse viabilizar recursos junto ao PAC da Mobilidade, mas que até hoje não recebeu sequer um centavo.

Pasmem, senhores, daquilo que foi aprovado, retiram apenas uma parte da proposta. Quero acreditar que não tenha sido por disputa política, que tenha sido mero acaso ou incompetência dos que analisaram o projeto. Retiraram exatamente o trecho de Venda Nova ao Centro Administrativo. Não é possível que, por uma disputa político-partidária, sejam sacrificados mais de 5 mil funcionários que lá estão diariamente ou muito mais. Gostaria de ver aqui os mesmos Deputados que criticaram o Centro Administrativo, que está em período de adaptação e transição e que, portanto, tem, sim, as suas falhas, apesar de ser fundamental para o desenvolvimento do Vetor Norte. Temos de ressaltar isso e parabenizar o atual Governador e o ex-Governador pela coragem de fazê-lo. Esses mesmos Deputados deveriam estar aqui agora, pois são da base da "Presidenta Lula", a nível federal, dos partidos que compõem a sua base, para cobrar dela o bom tratamento a esses servidores públicos, a liberação do dinheiro, quando assim o fizer, e também os recursos para a expansão até o Centro Administrativo.

Quero dizer a V. Exa., Deputado Duarte Bechir, que continuarei mobilizando a sociedade civil. Tenho certeza de que terei o apoio de V. Exa. e dos demais Deputados para o nosso trabalho junto à Frente Parlamentar Pró-Metrô, para que possamos, finalmente, garantir esses recursos tão esperados e que se fazem necessários. Neste momento a proposta de 40,1km é uma necessidade, mas, com o grave problema de mobilidade urbana da Região Metropolitana, será um mero paliativo. Portanto, para os que trabalham com responsabilidade, temos um exercício contínuo pela frente, que é trabalhar a mobilidade urbana. Parabéns, Deputado, pelo seu pronunciamento, e agradeço o aparte.

O Deputado Duarte Bechir - Muito obrigado, Deputado. Ao concluir meu raciocínio, eu não poderia deixar de dizer que o Deputado Fabiano Tolentino é de Divinópolis e que também se encontram aqui o Deputado Luiz Carlos Miranda, que é da região de Ipatinga, e o Deputado Glaycon Franco, de Conselheiro Lafaiete. Alguns deles vêm pela BR-381, outros pela BR-040, e o Deputado Fabiano Tolentino falou sobre as condições da MG-050, a PPP que está lá. O governo de Minas anunciou que vai rever o contrato, recalculando o preço cobrado e verificar se as metas estão sendo cumpridas. Podem cobrar deste Deputado, porque o governo já fez o anúncio.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, digo que irei propor à comissão pertinente um debate, chamar a esta Casa, dando atenção à gente de Minas Gerais. Chamaremos a Polícia Rodoviária Federal para que nos apresente um plano de trabalho capaz de atender aos mineiros, quando, por um desígnio do destino, algum acidente acontecer nas estradas que dão acesso a Belo Horizonte. Muito obrigado a todos pela atenção.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/3/12, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão**

exonerando, a partir de 2/4/2012, Fabricio Veloso Silva Araújo do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;  
exonerando, a partir de 2/4/2012, Maria Julia Mendes de Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas;  
exonerando, a partir de 2/4/2012, Wagnerson Lucas Pereira de Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Fabricio Veloso Silva Araújo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;  
nomeando Maria Julia Mendes de Oliveira para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 4 horas;  
nomeando Wagnerson Lucas Pereira de Andrade para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Carlin Moura**

exonerando, a partir de 30/3/2012, Daniela Fabrícia Gonçalves Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
nomeando Rafael Silveira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Carlos Henrique**

exonerando, a partir de 2/4/2012, Paulo Fernandes Cardoso do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;  
nomeando Carlos Roberto Desidério para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;  
nomeando Paulo Fernandes Cardoso para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Fábio Cherem**

exonerando, a partir de 2/4/2012, Geraldo Cunha Neto do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;  
exonerando, a partir de 2/4/2012, Lucas Loureiro Ticle do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;  
exonerando, a partir de 2/4/2012, Renata Aparecida de Oliveira Fonsêca do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;



exonerando, a partir de 2/4/2012, Renata Carolina Silva Andrade do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Vivian Aparecida Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Wilbert Marani Lima do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Carla Corrêa Borges Antunes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Lucas Loureiro Tiele para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Renata Aparecida de Oliveira Fonsêca para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Renata Carolina Silva Andrade para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Vivian Aparecida Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado João Leite**

nomeando Julia Marcia Mazoni Wanderley para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado João Vítor Xavier**

exonerando, a partir de 2/4/2012, Beatriz Vidigal Rosa Viana do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Silvana da Cunha Messias do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Andreлина Casaverde Sampaio para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Beatriz Vidigal Rosa Viana para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

#### **Gabinete da Deputada Liza Prado**

exonerando, a partir de 1º/4/2012, Manoel de Deus Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/4/2012, Sidney Lopes de Souza do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Alexandre Pelegrine Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Luiz Henrique**

exonerando, a partir de 2/4/2012, José Edvaldo Antunes de Souza do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Juventino Ribeiro dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro**

nomeando Gislei Fernanda Rezende para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Neilando Pimenta**

exonerando, a partir de 2/4/2012, Rogerio de Assis Tameirão do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Maria Caldeira da Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Rogerio de Assis Tameirão para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Ulysses Gomes**

exonerando, a partir de 2/4/2012, Alexandre Dutra Gomes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Célia Maria Morais Rennó Brochetto do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Edson Moura Soares do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Greice Kelly de Oliveira Palmeira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, José Maria Dias do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Marcio José Soares do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Paulo César Caetano do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Alexandre Dutra Gomes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Bruno Alves da Rosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Célia Maria Morais Rennó Brochetto para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Edson Moura Soares para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando José Erivaldo Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando José Maria Dias para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Marcio José Soares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Paulo César Caetano para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 2/4/2012, Juventino Ribeiro dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

exonerando Maria da Gloria Corrêa Costa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando André Paulino de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Antônio Eustáquio Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Cíntia Castro Maia de Araújo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;



Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 2/4/2012, Andreлина Casaverde Sampaio do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier, Vice-Líder do BLTR;

exonerando, a partir de 2/4/2012, Washington Augusto de Oliveira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Daniela Fabrícia Gonçalves Silva para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Maria Lucia de Paula para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier, Vice-Líder do BLTR.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.123, de 4/11/92, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, assinou o seguinte ato:

nomeando Miriam D'Avila Nunes para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### **ATO DO SR. PRESIDENTE**

Na data de 26/3/2012, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 2/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, e 2.473, de 21/12/09, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 2/4/2012, Rinaldo de Moura Faria da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação.

designando Marília Faria Alves para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2011**

#### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 87/2011**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 17/4/2012, pregão eletrônico pela internet, do tipo menor preço global mensal, tendo por finalidade a prestação de serviços gerais, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e demais materiais que forem necessários.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed. Tiradentes, nesta Capital, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 30 de março de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **CONCORRÊNCIA Nº 1/2011**

#### **Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 115/2011**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, nos termos do subitens 3.14 e 4.7 do edital, que a licitante Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda. manifestou sua desistência em interpor recurso na fase de classificação da proposta técnica. Dessa forma, fica marcada para o dia 2/4/2012, às 10h30min, na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, a sessão pública para a abertura do Envelope nº 3 – Proposta de Preços, da licitação citada.

Belo Horizonte, 30 de março de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



### **TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dispaper Ltda. Objeto: aquisição de copos descartáveis. Objeto do aditamento: retificação dos valores unitários constantes do anexo único. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

### **TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Proativa Serviços de Limpeza e Conservação Ltda. Objeto: fornecimento de 12 auxiliares de serviços gerais. Objeto deste aditamento: reajustamento de preços. Vigência: a partir de 1º/1/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



### **ERRATA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 14/3/2011, na pág. 25, onde se lê:

“Aline Martins Ribeiro Tavares”, leia-se:

“Aline Martins Ribeiro Tavares Rezende”.